

DAS AGROESTRATEGIAS AOS EIXOS TERRITORIAIS DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DO PARÁ

Rogério Rego Miranda

Professor do curso de Geografia da UNIFESSPA/Marabá – Coordenador do LERASSP¹
rogeriomir@unifesspa.edu.br

Marcos Alexandre Pimentel da Silva

Professor do curso de Geografia da UNIFESSPA/Marabá – Coordenador do LERASSP
mpimentel@unifesspa.edu.br

A Amazônia apresenta em sua paisagem indícios de mudanças substanciais face ao processo de inserção internacional de empresas ligadas ao agronegócio. Nesse contexto, como já advertira Almeida (2010), são elaboradas verdadeiras agroestratégias, “acionadas pelos interesses vinculados aos agronegócios, com o fim de expandir seu domínio sobre amplas extensões de terras no Brasil” (ALMEIDA, 2010, p.101), principalmente por meio da intensificação de “(...) medidas que objetivam remover obstáculos jurídico-formais e político-administrativos, que reservam áreas para fins de preservação ambiental ou para atender a reivindicações de povos e comunidades tradicionais” (ALMEIDA, 2010, p.117), resultando em ondas diversas e heterogêneas de desterritorialização na Amazônia.

Contudo, a partir do estado do Pará, é possível dizer que ao lado das agroestratégias, configuram-se eixos territoriais do agronegócio, apropriados à produção de três importantes *commodities* na atualidade, quais sejam: a soja (*Glycine max L.*), o dendê (*Elaeis guineenses*) e a pecuária. Esses eixos estão relacionados à política governamental, a exemplo do dendê e do estímulos a produção do biodiesel. A soja se encontra alinhada aos biocombustíveis e ao setor de alimentos e de ração, sobretudo estes dois últimos, recebendo diversos investimentos estatais, via Banco da Amazônia (BASA), ou com a construção de infraestruturas. E por fim, a pecuária que conforma um papel importante para a territorialização de empresas atreladas ao setor e se encontram cada vez mais vinculada às políticas de estímulo a internacionalização de empresas brasileiras, contribuindo para o aumento da concentração fundiária e agudizando os conflitos relacionados a luta pela terra, nos quais estão envolvidos diversos movimentos socioterritoriais no estado do Pará.

Desta feita, o texto versa sobre a composição dos eixos territoriais do dendê, da soja e da pecuária; suas dinâmicas territoriais – parte da territorialidade do agronegócio; bem como os conflitos a eles associados, aspecto constitutivo dos eixos, pois a apropriação desse elemento está relacionada à estratégias que ora se articulam com os pequenos produtores, ora os desterritorializam por priorizarem o monocultivo e o uso de elementos técnico-científicos no campo.

¹ Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (LERASSP), vinculado a Faculdade de Geografia (FGEO) do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Para a apresentação dessa discussão, na primeira parte do artigo abordamos a dinâmica territorial recente do dendê, da soja e da pecuária, como componentes dos eixos territoriais do agronegócio. Em seguida, discutimos o papel da logística de transporte como base para as operações que envolvem essas três *commodities*, extremamente valorizadas no mercado internacional. Finalmente, analisamos a dinâmica territorial recente dos movimentos socioterritoriais e o seu papel como contraponto à territorialização do agronegócio, o que confere o caráter territorial aos eixos.

A COMPOSIÇÃO DOS EIXOS TERRITORIAIS DO AGRONEGÓCIO A DINÂMICA TERRITORIAL DO DENDÊ

No estado do Pará, a produção do dendê advém desde o início da década de 1980 e se mantém predominante nas mesorregiões Metropolitana de Belém e do Nordeste Paraense, com uma expansão maior do cultivo da palma nessa última mesorregião.

No Brasil, em 1990 foi produzido 522.883 toneladas de dendê e o Pará era responsável pela margem de 317.656 toneladas, ou seja, 60,75% do total da produção interna. Em 2014 foi produzido no país 1.393.873 toneladas e no Pará 1.187.338 toneladas, isto é, 85,18% da produção nacional (IBGE, 2014).

Este crescimento está relacionado, possivelmente, às políticas públicas, entre elas aquelas destinadas ao biodiesel como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)², criada com objetivo de servir de incremento gradual à matriz energética brasileira, muito embora grande parte da produção da palma seja destinada ao setor de alimentos.

A autorização para se misturar o biodiesel ao diesel fóssil teve início em 2004. Em 2008 essa combinação entrou em vigor legalmente em todo o território nacional, com a mistura de 2% (B2). Com a recepção positiva do mercado, o percentual foi ampliado para 5% (B5) em 2010, antecipando em três anos a meta. Este biocombustível saltou de 69 milhões de litros em 2006 para 2,7 bilhões de litros em 2011 (MME, 2011).

Industrialmente, há um rápido avanço da produção do biodiesel, visto que em 2011 existiam 56 unidades autorizadas para produzir e comercializar o produto, com capacidade de 6 bilhões de litros/ano, com a participação de pequenos agricultores, pois 78% dessa capacidade são oriundas de usinas que possuem o Selo Combustível Social, que é um certificado concedido pelo governo àquelas unidades que se adequam aos requisitos de inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel, ou seja, precisam receber percentuais mínimos de matéria-prima advinda dos pequenos produtores, desenvolvendo com estes contratos e prestação de assistência técnica.

Em contrapartida, as empresas recebem uma redução parcial ou total de tributos federais, além de possuírem acesso as melhores condições de financiamento e concorrerem a 80% do

² O biodiesel corresponde a um combustível biodegradável oriundo de fontes renováveis, obtidos por diferentes processos, como craqueamento, esterificação ou transesterificação. Utilizando-se como matéria-prima a mamona, dendê (palma), girassol, babaçu, amendoim, pinhão manso ou soja (MME, 2011).

volume total negociado em leilões de biodiesel, que são os meios de realização da sua comercialização (MME, 2011).³

De acordo com Pires do Rio (2011), essa política do biodiesel é uma iniciativa de diversificação das fontes energéticas, com vistas à manutenção da oferta interna de energia, necessitando de um tempo longo de maturação e funcionalização dos espaços utilizados para este fim, embora no país exista uma inércia técnica e institucional que impossibilitam rupturas drásticas no setor, devido aos investimentos maiores se voltarem ao petróleo. Como os biocombustíveis estão sendo negociados em uma escala cada vez maior e necessitam de um apoio logístico grande, questiona-se sobre a efetiva participação dos pequenos produtores de oleaginosas na cadeia produtiva, especialmente no futuro próximo, em que se busca a inserção em mercados mais amplos do que o nacional.

Sobre o assunto, Bernardes (2011) afirma que o PNPB ao buscar combater a exclusão social, a partir do Selo Combustível Social, almeja legitimar o poder público, permanecendo com seu exercício por meio da articulação entre empresas e agricultores familiares. O que não significa condições de inserção igualitárias, pois existem diferenças no acesso aos recursos por parte destes segmentos sociais, estabelecendo relações de poder assimétricas, isto porque envolve distintos níveis de interesses, corroborando para o aparecimento de relações e estruturas clientelísticas. Colocando em questão inclusive a autonomia do pequeno produtor para produzir e comercializar, visto que o projeto hegemônico define as condições e relações a serem desenvolvidas na cadeia produtiva do biodiesel.

A respeito especificamente da produção da palma, enquanto um recurso ao biocombustível e ao setor alimentar, foi realizado no ano de 2010 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) o Zoneamento Agroecológico do Dendê, no qual foi indicado que o Pará apresenta 10,5% do seu território (13.121.176 hectares) propício ao plantio deste cultivo, com 37 municípios adequados à atividade (RAMALHO FILHO, 2010),

Desses municípios com potencial a dendeicultura, 19 atualmente dispõem de investimentos na produção da oleaginosa, principalmente porque as políticas públicas possibilitaram a articulação entre o pequeno produtor e as empresas de biodiesel, a exemplo do Pronaf Eco Dendê.

Essa política visa o estabelecimento de contratos de parceria de 25 anos, com o beneficiamento das empresas em função dos incentivos fiscais na produção de biodiesel mediante ao Selo Combustível Social, ao passo que os agricultores menores são inseridos em uma produção agroindustrial (REPÓRTER BRASIL, 2013).

A Tabela 1 apresenta a distribuição do cultivo em relevo no Pará, considerando as mesorregiões onde se concentram a produção e a expansão da área colhida, sublinhando que

³ Em função destas vantagens, atualmente existem 74 usinas no território nacional: 18 no Sul, 13 no Sudeste, 31 no Centro Oeste, 6 no Nordeste e 6 no Norte – duas dessas instaladas no Pará (Agropalma e Biovale). No ano de 2015, estas usinas produziram 24.978.031,58 m³ de biodiesel, salientado que as empresas localizadas no Pará não tiveram participação, pois a produção deste estado ficou circunscrita ao período de 2005 a 2010, com destaque para a Agropalma como a principal empresa (ANP, 2016).

existem áreas onde: (a) o dendê deixou de ser explorado; (b) áreas novas, destinadas ao plantio da palma; e (c) áreas já relativamente consolidadas em termos de frequência da produção e da regularidade da lavoura de dendê. Desta feita, observamos que o Nordeste Paraense ainda permanece enquanto a principal sub-região aonde o dendê avança, mais precisamente no conjunto de municípios que compõem a *área com produção consolidada*, apresentando um crescimento de 24.945 hectares no ano de 2000 para 65.600 hectares em 2014, destacando que neste último ano se sobressaiu os municípios de Tailândia, Concórdia do Pará, Moju, Acará e Bonito, com a produção anual em toneladas, respectivamente de: 405.055; 214.800; 141.151; 135.000 e 84.000. A porção Metropolitana de Belém apresentou no mesmo período de tempo um declínio, pois passou de 7.147 para 4.610 hectares, mas com destaque ao município de Santo Antônio do Tauá que em 2014 obteve uma produção de 40.600 toneladas e representa 62,90 % da área total de colheita de dendê, ou melhor, 2.900 hectares.

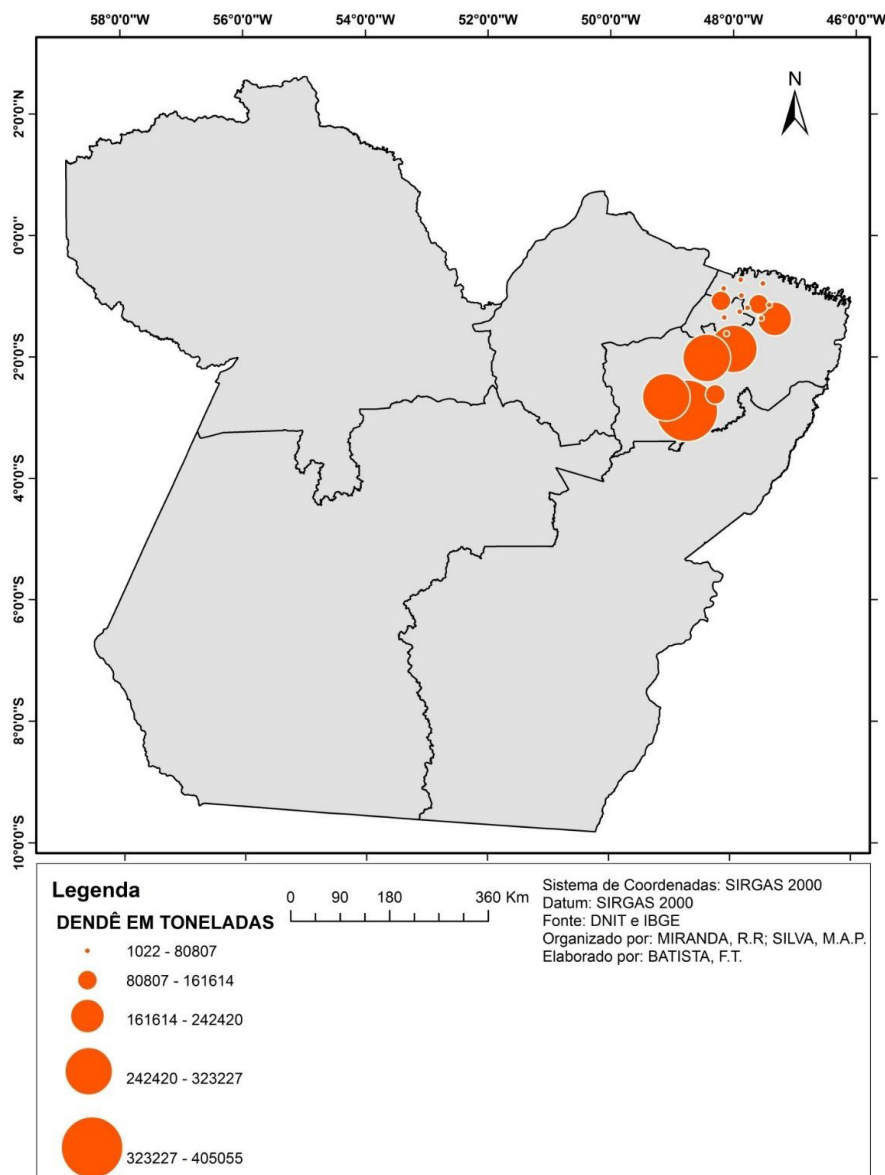
TABELA 1 - PRODUÇÃO DE DENDÊ POR MESORREGIÃO PARAENSE E A SUA ÁREA COLHIDA ENTRE OS ANOS DE 2000, 2005, 2010 E 2014.

Produto/Atividade	Distribuição espacial por mesorregião	Distribuição espacial por áreas integrantes do eixo territorial	Área colhida (ha)			
			2000	2005	2010	2014
Dendê	Nordeste Paraense	Área de produção finalizada: Ipixuna do Pará – Santa Luzia do Pará	2.685	35	0	0
		Área de produção recente: Abaetetuba – Curuçá – Terra Alta	0	0	0	2.165
		Área de produção consolidada: Acará – Bonito – Concórdia do Pará – Igarapé-Açu – Maracanã – Moju – Nova Timboteua – Santa Maria do Pará – São Francisco do Pará – Tailândia – Tomé-Açu – Vigia	24.945	37.982	47.666	65.600
	Metropolitana de Belém	Área de produção finalizada: Inhangapi – Santa Bárbara do Pará	3.116	3.116	178	0
		Área de produção consolidada: Bujaru – Castanhal – Santa Isabel do Pará – Santo Antônio do Tauá	7.147	5.580	4.400	4.610

FONTE: PAM IBGE, 2014.

ORG. MIRANDA, R. R.; SILVA, M. A. P.

O Mapa 1 identifica a concentração da produção de dendê nas porções territoriais mencionadas acima e nos dá a ideia da representação espacial do eixo territorial do dendê.

MAPA 1 – PRODUÇÃO DE DENDÊ NO ESTADO DO PARÁ EM 2014.

FONTE: PAM IBGE, 2014.

A ampliação do “dendezal” nestas mesorregiões do estado ocorreu pela implantação de diversas empresas ao setor de alimentos e de biodiesel, como já fora mencionado anteriormente, algumas estrangeiras e outras nacionais, operando a monopolização do território (OLIVEIRA, 2002), ao promoverem um consócio com os pequenos agricultores que ficam sob as suas determinações, tais como preços, uso da terra e utilização de insumos agrícolas, corroborando para a subordinação da sua produção pelo capital, sujeitando a sua renda da terra. Algumas dessas empresas podem ser visualizadas na Tabela 2.

TABELA 2 – PRINCIPAIS EMPRESAS PRODUTORAS DE DENDÊ NO PARÁ.

Produção	Empresa	Municípios com investimentos/propriedades	Origem	Área plantada 2012 (ha)	Área projetada 2015 (ha)
Dendê	Agropalma	Tailândia, Acará, Tomé-Açu,	Nacional	45.000	50.000

	Moju e Belém			
Biopalma (VALE)	São Domingos do Capim, Concórdia do Pará, Tomé-Açu, Acará, Moju, Abaetetuba, Bujaru, Aurora do Pará, Igarapé-Miri, Barcarena	Nacional/ Estrangeiro (Japonês)	42.000	80.000
Dentauá	Santo Antônio do Tauá e Concórdia do Pará	Nacional	4.000	6.000
ADM	Irituia, Mãe do Rio, São Domingos do Capim e São Miguel do Pará	Estrangeira (EUA)	3.000	50.000
Dendê do Pará S.A. - Denpasa	Santa Bárbara do Pará, Santo Antônio do Tauá, Castanhal e Vigia	Nacional	6.000	10.000
Agroindustrial Palmasa S.A	Igarapé-Açu	Nacional	3.000	8.000
Yossan	Santa Izabel do Pará	Nacional	16.000	20.000
Marborges Agroindustria S A	Moju, Acará, Capitão Poço e Garrafão do Norte	Nacional	5.000	10.000
Petrobras Biocombustive I / GALP	Baião, Belém, Moju, Tailândia, Tomé-Açu, Mocajuba, Cameté, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Acará, Concórdia do Pará, Bujaru	Nacional/ Estrangeira (Portuguesa)	4.000	75.000
Outros	-----	-----	12.000	20.000
Total			140.000	329.000

FONTE: ABRAPALMA *apud* SAGRI-PA, 2013; REPÓRTER BRASIL, 2013; SEMA-PA, 2016*.
ORG. MIRANDA, R. R.; SILVA, M. A. P.

* As instituições indicadas se referem a Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (ABRAPALMA), Secretaria de Estado de Agricultura-PA (SAGRI-Pará) e Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade-PA (SEMA-Pará).

As empresas relacionadas acima são as principais produtoras de dendê no Pará, com destaque a Agropalma cujo beneficiamento do cultivo se destina, sobretudo, ao setor alimentício e respondia até 2012 pela maior parte da produção estadual. Entretanto, com a entrada da Biopalma da Vale, Petrobrás Biocombustíveis e GALP, sendo estas duas últimas parceiras, projeta-se um maior incremento produtivo por parte daquelas cujo fim é o biocombustível, sendo a grande parte voltada para o consumo interno.

Com relação às exportações do óleo de palma, observamos o seu aumento gradativo: segundo os dados do MDIC (2016), entre os anos de 2000 e 2005, foram para o exterior 783.682.338 litros de óleo, ao valor de US\$ 262.861.284. No período de 2010 a 2014, as exportações alcançaram o patamar de 1.817.047.722 litros exportados, com lucros de US\$ 1.694.496.079, destinados principalmente aos blocos e/ou grupos econômicos como União Europeia, Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Grupo dos G-7 e países como Alemanha, Países Baixos, Reino Unido, Colômbia e EUA, utilizando o Porto de Vila do Conde, em Barcarena, como via de escoamento da produção.

Esse avanço dos dendezais nos provoca o questionamento sobre o impacto promovido sobre a área florestal. De acordo com Venturieri (2012), ao realizar a análise da dinâmica de uso da terra no Nordeste Paraense, 20% da área destinada para a expansão do dendê entre 1985 e

2008 foi oriunda da conversão da floresta, apesar de 1999 haver um declínio do desmatamento da floresta primária e praticamente nenhuma conversão entre 2004 e 2008, visto que neste período a expansão do dendê ocorre nas áreas de pasto.

A expansão da palma não ocorre sem conflitos de territorialidades, visto que diversos povos tradicionais acabam sendo alinhados à lógica do capital ou lutam pela permanência em seu território, a exemplo do Quilombo Alto Acará que possui suas terras invadidas pela atividade mediante a ação da Biopalma, que além de adentrar nas áreas ainda não tituladas, mas ocupadas pelos quilombolas, incentiva a monocultura do dendê, concorrendo para que pequenos agricultores plantem o produto ou vendam suas propriedades para empresa (TERRA DE DIREITOS, 2015). Há ainda os índios Tembê, da terra Indígena Turé-Mariquita, em Tomé-Áçu – PA, que conflitam com a mesma empresa devido aos problemas causados pelos agrotóxicos, como a contaminação dos rios por insumos que promovem a morte de animais, peixes e doenças ao povo (AMAZÔNIA, 2014).

A DINÂMICA TERRITORIAL DA SOJA

Outra atividade que destacamos é o cultivo da soja. No estado do Pará o seu incremento é relativamente recente, advém do final da década de 1990, mas avança exponencialmente a partir dos anos 2000. No Brasil a soja foi introduzida a partir da década de 1970, contudo desponta somente a partir do início de 1990, devido sua grande valorização no mercado externo, sendo bastante utilizado no setor de alimentos, de ração para animais e na produção de biodiesel, tal qual o dendê, conforme apresentamos anteriormente.

Este cultivo assumiu uma importância estratégica no âmbito governamental. De acordo com o documento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (MAPA, 2015), intitulado “Projeções do Agronegócio: Brasil 2014/15 a 2024/25” visualiza-se uma elevada expansão da soja, hoje em grande medida concentrada nos estados de Mato Grosso (29,3% da produção nacional), Paraná (18 %), Rio Grande do Sul (15,4%), Goiás (9,2), Mato Grosso do Sul (7,4%) e Bahia (4,5%), mas avançando para o Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, na região denominada de “Matopiba”, devido à localização nos 4 estados, a qual respondeu por 11 % da safra de 2014/2015. Ainda segundo o relatório, projeta-se para 2024/2025, 126,2 milhões de toneladas, com um acréscimo de 33,9% em comparação à produção de 2014/2015, acompanhada de um aumento do consumo interno de 54,3 milhões de toneladas, logo, projeta-se um aumento do consumo em 22,9%. Neste contexto, estima-se que a área plantada de soja chegue a 41,2 milhões de hectares em 2025. Essa ampliação ocorre por meio da expansão da fronteira, em regiões com terras disponíveis, além da ocupação de pastagens e da substituição de lavouras, embora a tendência seja a soja se apropria de pastagens naturais.

Como os dados governamentais comprovam, parte desta expansão ocorreu na Amazônia, especialmente por se tratar, além de uma iniciativa por parte dos empresários, de uma ação intencional do Estado, via políticas públicas destinadas ao agronegócio, como a concessão de

financiamentos de máquinas e equipamentos, como tratores e colheitadeiras, ou construção e ampliação de armazéns, com linhas específicas de créditos a este fim, as quais existem, por exemplo, no Banco da Amazônia (BASA).

Para Costa (2012), o desenvolvimento da soja no ecossistema amazônico se deve a múltiplos fatores, tais como: a elevação da demanda mundial; diminuição da oferta de terras no Sul do país; implementação de pesquisas nas regiões Sul e Centro-Oeste (cerrado brasileiro), que posteriormente resultaram em experimentos nos estados de Rondônia, na década de 1980, e do Amazonas e Pará, na década de 1990; e de investimentos na área de logística pelo governo federal e por empresas do setor. Além da existência do discurso estatal de que na Amazônia há um estoque de terras, definidas como desmatadas ou degradadas pela pecuária e, portanto, passíveis de apropriação pela soja. Por esse motivo o governo federal lançou, em 2008, o Plano Amazônia Sustentável (PAS), indicando que 6,9 milhões de terras produtivas estariam disponíveis; e o Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (PRODUSA), propondo o cultivo de grãos para a recuperação de áreas degradadas.

A relação entre esses planos e programas demonstra que: o PAS (2008) concebe um conjunto de estratégias voltadas ao “desenvolvimento sustentável”, tais como a valorização da diversidade sociocultural e ambiental na Amazônia; a integração das esferas governamentais para orientar as transformações socioprodutivas, com base na reprodução dos povos e comunidades tradicionais; o combate ao desmatamento; a utilização de conhecimentos técnico-científicos; e o diálogo com os atores locais. O PRODUSA, por sua vez, instrumentaliza o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) – o qual se refere a uma proposta de investimentos significativos na agricultura empresarial, especialmente grãos, e pecuária de corte e leiteira. Por fim, essas ações convergem para o PAP, que visa a consolidação e ampliação dos corredores de exportação por meio da criação de terminais portuários, rodovias, ferrovias e hidrovias para escoar a produção, tal qual iremos discutir ulteriormente.

Esse conjunto de infraestruturas voltadas à circulação da produção na região apresenta um impacto direto sobre territórios indígenas, ribeirinhos, quilombolas, assentamentos etc., a exemplo do que ocorre ao longo da BR-163. Além dos vultosos financiamentos destinados às *commodities*, cujos créditos para investimento, custeio e comercialização alcançam R\$ 187,7 bilhão no ano safra 2015/2016 (MAPA, 2016); foram injetados em contrapartida apenas 28,9 bilhões para a agricultura familiar para o mesmo período, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2016. Em outras palavras, há em curso um projeto de desenvolvimento territorial voltado à construção e infraestrutura de circulação para o agronegócio que amplia o impacto sobre as florestas, acirra os conflitos fundiários e desconsidera ou redefine os direitos dos sujeitos que vivem no espaço agrário amazônico.

Particularmente no Pará, a monocultura da soja inicia como um dos projetos do Plano Operacional de Política Agrícola “Pará Rural”, em 1994. Naquele momento, o estado adota a ideia de Polos de Desenvolvimento, sendo três deles voltados à produção de grãos, levados a cabo no

Polo Agroindustrial do Sudeste Paraense, Polo Agroindustrial e Agroflorestal do Oeste Paraense e o Polo Agroindustrial do Nordeste Paraense (COSTA, 2012). A partir dessa iniciativa, a produção paraense, em 1997, começa nos municípios de Paragominas, Ulianópolis, Redenção e Santarém, com 1.353 toneladas de soja, ampliando gradativamente sua área plantada em vários outros municípios e, conseqüentemente, a quantidade de grãos produzidos, alcançando em 2014 o patamar de 736.947 toneladas, representando 0,84 % do total produzido no país no ano de 2014 que foi na faixa de 86.760.520 toneladas, e 20,92 % da produção da região Norte (3.521.562 toneladas) que ficou na última posição das regiões produtoras do cultivo, liderando respectivamente o Centro Oeste (41.989.830 toneladas), Sul (29.623.128 toneladas), Nordeste (6.571.222 toneladas) e Sudeste (5.054.778 toneladas) (IBGE, 2014).

Ao observarmos a Tabela 3, notamos que existem algumas especificidades geográficas quanto ao processo de expansão da soja no Pará, visto que esta realidade apresenta: (a) áreas de produção finalizada, ou seja, foi desenvolvido o plantio da soja por um período curto de tempo; (b) áreas de produção recente, em que a produção de grãos é incipiente; (c) áreas de produção consolidada, visto o longo tempo de produção e expansão da lavoura, sendo que iremos nos deter mais neste último conjunto de municípios.

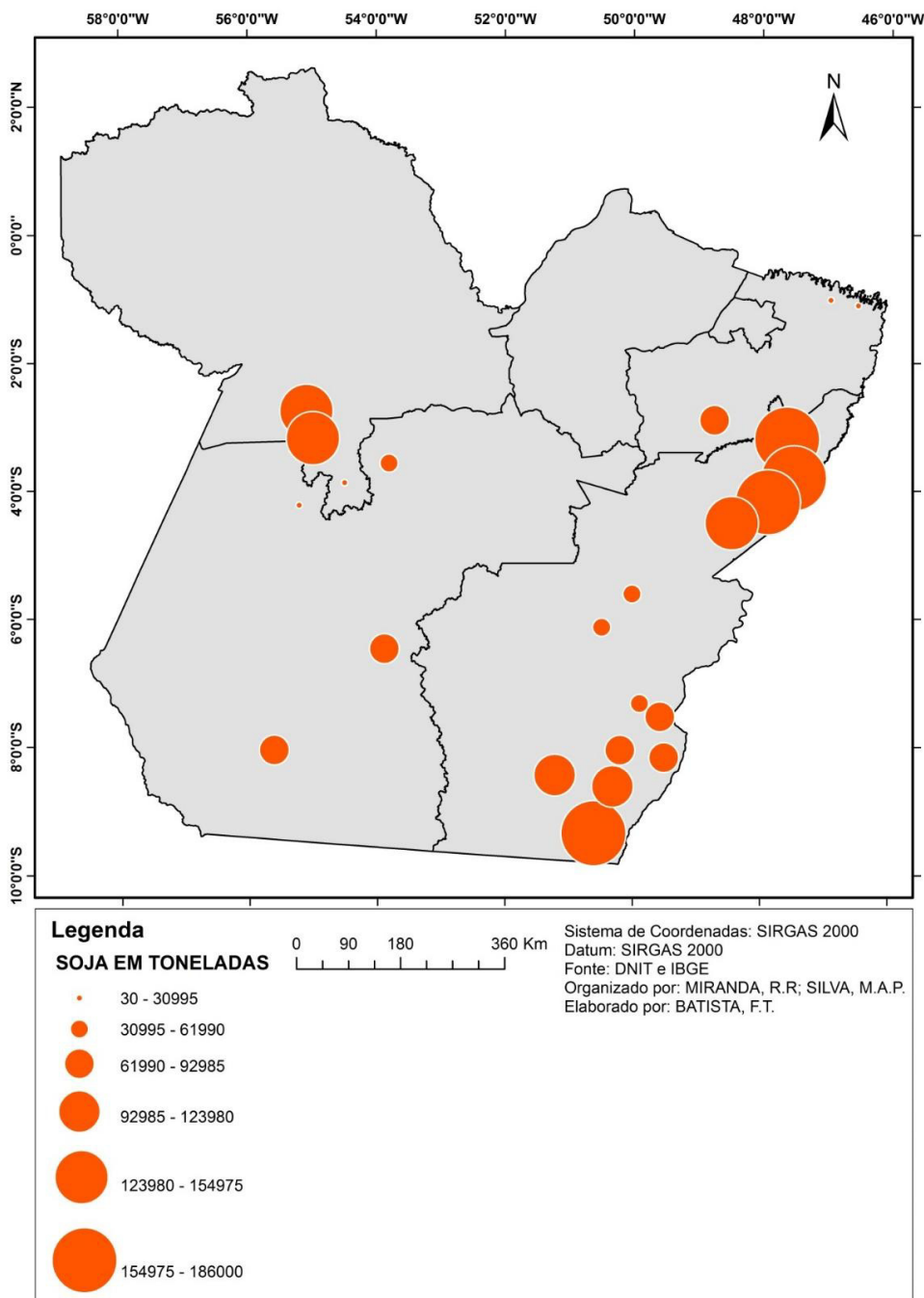
TABELA 3 - PRODUÇÃO DE SOJA POR MESORREGIÃO PARAENSE E A SUA ÁREA PLANTADA ENTRE OS ANOS DE 2000, 2005, 2010 E 2014.

Produto/ Atividade	Distribuição espacial por mesorregião	Eixo territorial	Área plantada (ha)			
			2000	2005	2010	2014
Soja	Sudeste Paraense	Área de produção finalizada: Xinguara – Água Azul do Norte – Ourilândia do Norte – Pau D'Arco	0	0	500	0
		Área de produção recente: Cumaru do Norte - Marabá - Parauapebas - Rio Maria	0	0	0	7.500
		Área de produção consolidada: Conceição do Araguaia – Dom Eliseu – Floresta do Araguaia – Paragominas – Redenção – Rondon do Pará – Santa Maria das Barreiras – Santana do Araguaia – Ulianópolis	2.020	28.860	55.570	188.799
	Baixo Amazonas	Área de produção finalizada: Alenquer – Curuá – Monte Alegre – Porto de Moz	0	1.100	0	0
		Área de produção recente: Mojuí dos Campos	0	0	0	12.300
		Área de produção consolidada: Belterra – Placas – Santarém	50	35.500	28.580	28.632
	Sudoeste Paraense	Área de produção finalizada: Medicilândia – Trairão	0	100	100	0
		Área de produção consolidada: Altamira – Novo Progresso – Rurópolis – Uruará	155	800	680	2.820
	Nordeste Paraense	Área de produção finalizada: Bragança – Capanema – Capitão Poço	0	1.600	0	0
		Área de produção recente: Tracuateua – Augusto Corrêa	0	450	0	120
		Área de produção consolidada: Tailândia	0	0	120	3.000

FONTE: PAM IBGE, 2014.

ORG. MIRANDA, R. R.; SILVA, M. A. P.

MAPA 2 – PRODUÇÃO DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ EM 2014.



FONTE: PAM IBGE, 2014.

De acordo com os dados da Tabela 3, em conjunto com o Mapa 2, é possível dizer que a mesorregião de maior produção da soja corresponde a do Sudeste Paraense, com destaque para sua *área de produção consolidada*, que no ano 2000 apresentava 2.020 hectares e se expandiu, em 2014, para 188.799 hectares, sobressaindo os municípios de Santana do Araguaia, Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu, Rondon do Pará e Santa Maria das Barreiras, que obtiveram, respectivamente, as seguintes produções em toneladas no ano de 2014: 186.000; 121.800; 106.224; 96.000; 36.000 e 21.700.

A segunda mesorregião produtora de soja corresponde ao Baixo Amazonas, cuja *área de produção consolidada* saltou de 50 hectares em 2000 para 28.632 hectares em 2014, sendo que,

neste último ano, destacamos Santarém com 43.980 toneladas, Belterra com 41.016 toneladas e Mojuí dos Campos, município criado em 2013, com 36.900 toneladas. É importante frisar que o Baixo Amazonas é bastante integrado ao Sudoeste Paraense que no mesmo período teve sua área plantada de soja aumentada de 155 para 2.820 hectares, em relevo os municípios de Novo Progresso (3.000 toneladas), Altamira (2.880 toneladas) e Uruará (1.994 toneladas), na Transamazônica.

Por fim, o Nordeste Paraense apresentou algumas iniciativas de exploração da soja, porém sem êxito, com exceção de Tailândia que apesar de uma produção relativamente recente, tem mantido regularidade, visto que a sua área plantada passa de 120 hectares em 2010 para 3.000 hectares em 2014, apresentando neste último ano uma safra de 3.840 toneladas (IBGE, 2014).

A produção da soja se expande para outras áreas em função de alguns fatores, a saber: vastas terras com preços mais baratos em relação ao Centro Oeste e Sudeste brasileiro; incentivos fiscais concedidos pelo governo e vias de circulação intermodal que estão em desenvolvimento e articularão rodovias, ferrovias e portos, contribuindo para a redução de custos e aumento da lucratividade. Por esse motivo, empresas de grande porte migram para a região e constroem infraestruturas que viabilizam o armazenamento, a circulação e a comercialização da soja.

Conforme podemos visualizar no Quadro 1, entre as grandes empresas, destacam-se a Cargill, Bunge e Louis Dreyfus Commodities e as de médio porte, Juparanã, que compram a produção da soja de empresários que migraram no começo da década de 2000 do Centro Sul e se estabeleceram nas *áreas de produção consolidada* e que investiram diretamente na soja ou daqueles que já tinham empreendimentos nestas porções do estado, especialmente ligados à pecuária, mas que atualmente consorciavam criação bovina com a atividade sojeira, como a Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, S.G. de Lima – agricultura e Pecuária e Grupo WLM (Wilson Lemos de Moraes).

QUADRO 1 - PRINCIPAIS EMPRESAS PRODUTORAS, PROCESSADORAS E COMERCIALIZADORAS DE SOJA NO PARÁ.

Produção	Empresa	Origem	Municípios com investimentos/propriedades
Soja	Cargill Agrícola S.A.	Estrangeira (EUA)	Itaituba, Paragominas, Santarém e Belterra
	Bunge Alimentos S.A.	Estrangeira (Holandesa)	Santana do Araguaia, Barcarena, Benevides
	Louis Dreyfus Commodities	Estrangeira (França)	Itaituba
	Juparanã Comercial Agrícola Ltda.	Nacional	Paragominas
	Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S.A.	Nacional	Santana do Araguaia / Xinguara / São Félix do Xingu/ Cumaru do Norte / Marabá/ Santa Maria das Barreiras
	S. G. de Lima - Agricultura e Pecuária	Nacional	Dom Eliseu

	Grupo WLM (Wilson Lemos de Moraes)	Nacional	Santana do Araguaia
--	------------------------------------	----------	---------------------

FONTE: SEMA-PA, 2016.

ORG. MIRANDA, R. R.; SILVA, M. A. P.

Em relação às exportações, a soja paraense vem apresentando um crescimento gradativo, especialmente a partir de 2003, quando se registra as primeiras comercializações com o mercado externo, considerando os dados do MDIC (2016). Naquele ano se exportou 336.873,175 toneladas de soja, obtendo um valor de 75.937.815 dólares, embora em 2004 tenha apresentado uma baixa, pois vendeu 75.585, 881 toneladas de soja, ao valor de 21.526.499 dólares. Em 2005 volta ter as exportações aumentadas, porém com redução nos dois anos seguintes, conseguindo obter uma relativa estabilização a partir 2008, momento em que vendeu 647.899,052 toneladas, com lucro de 274.642.342 dólares, ao passo que em 2014 alcança a margem de 3.121.259,223 toneladas, perfazendo um total de 1.598.432.111 de dólares. Os principais Blocos ou grupos econômicos para os quais se destina a produção são a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a União Europeia, Ásia, Grupo dos 7 (G-7), BRICS, e no que se refere aos países se destacam a China, Espanha, Países Baixos, Portugal e Reino Unido.

No que se refere a relação entre o avanço da soja e o desmatamento, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) realizou em 2014 um estudo buscando compreender o fenômeno no bioma amazônico. Desta feita, identificou que houve no período de 2007 a 2013 a conversão de 47.028 hectares de floresta para soja, correspondendo a 0,9% do desflorestamento regional e a 4,6 % da porção desmatada nos municípios monitorados (56 municípios em Mato Grosso, 7 municípios em Roraima e 10 municípios no Pará) e a 1,6% da área plantada com a oleaginosa na safra 2013/2014 no bioma em questão. Especificamente no Pará, foram analisados 11.621 hectares de soja, correspondendo a 0,44% da área total desflorestada (2.631.200 hectares). Neste monitoramento se constatou que em 2010 o Pará obteve a maior incidência de desmatamento, onde dos 63.425 hectares investigados, 1.596 (2,52%) foram desmatados para o plantio de soja e entre as safras de 2012/2013 e 2013/2014 apresentou um crescimento de 75% de área de soja em espaço desflorestado, passando de 6.625 para 11.621 hectares.

Apesar de o estudo indicar que a maior parte da soja não tenha uma relação direta com o desflorestamento, pois seria desenvolvida em áreas de pastos antigos, nos anos iniciais de sua introdução, no Pará, foi responsável por grandes desmatamentos visto que, de acordo com Keiser et al (2010), o crescimento deste cultivo no Baixo Amazonas, com destaque a Santarém e Belterra, aprofundou o problema de corte da floresta, a exemplo de Belterra que a partir da safra de 2001/2002 até 2007/2008 teve os incrementos de desmatamento variando de 15% para 315%, ao passo que a soja no mesmo período cresceu de 150 para 15 mil hectares. Isso ocasionou, segundo Carvalho e Tura (2006), a especulação imobiliária, grilagem de terras, extração ilegal de madeira, contaminação hídrica pelos agrotóxicos e ocupação violenta de áreas de povos tradicionais, provocando diversos conflitos fundiários, isto porque as empresas e agentes econômicos atrelados à sojicultura promovem a territorialização do capital (OLIVEIRA, 2002). Na qual

desterritorializam os pequenos produtores, segundo a CPT (2010), em Santarém mais de 500 famílias teriam deixado suas propriedades para ceder lugar aos campos de soja.

A DINÂMICA TERRITORIAL DA PECUÁRIA

Diferente das dinâmicas territoriais do dendê e da soja no estado do Pará, a pecuária não apresenta áreas em que esta atividade tenha sido finalizada. Pelo contrário, os dados apontam para dinâmicas de crescimento do rebanho, registrando por vezes um ritmo acelerado; outras onde esse crescimento mantém um ritmo regular, variando muito pouco entre crescimento e declínio; e, por fim, há aquelas em que esse ritmo apresentou um considerável declínio, ainda que haja manifestações diversas desse processo.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DA PECUÁRIA POR MESORREGIÃO PARAENSE, CONSIDERANDO O EFETIVO DE REBANHO BOVINO DE 2000 A 2014.

Produto/ Atividade	Distribuição espacial por mesorregião	Eixo territorial	Efetivo de rebanho (cabeças)			
			2000	2005	2010	2014
Pecuária	Sudoeste Paraense	Áreas de crescimento acelerado: Pacajá – Anapu – Altamira – Novo Progresso – Uruará – Itaituba – Rurópolis	796.579	1.856.510	2.477.895	2.876.717
		Áreas de declínio irregular: Vitória do Xingu	283.494	713.786	806.191	746.837
		Áreas de crescimento recente: Brasil Novo – Medicilândia	189.080	401.118	310.038	393.589
	Baixo Amazonas	Áreas de crescimento: Monte Alegre – Alenquer – Oriximiná – Santarém – Óbidos – Placas – Faro.	561.087	803.914	843.026	951.720
		Áreas de declínio recente: Prainha – Porto de Moz – Terra Santa – Juruti – Almeirin	154.166	199.738	243.205	233.243
	Marajó	Áreas de declínio: Chaves – Ponta de Pedras – Cachoeira do Arari – Soure	290.879	258.777	212.795	202.122
		Áreas de declínio recente: Santa Cruz do Ararari – Portel – Muaná – Salvaterra – Afuá – Gurupá	98.617	83.722	87.546	55.818
	Metropolitana de Belém	Áreas de crescimento irregular: Castanhal – Santo Antônio do Tauá – Bujaru – Santa Bárbara do Pará	37.220	53.073	39.123	41.212
		Áreas de declínio: Santa Isabel do Pará – Inhangapí – Benevides – Barcarena – Belém – Marituba – Ananindeua	36.649	41.920	36.493	31.011
	Nordeste Paraense	Áreas de crescimento irregular: Ipixuna – Tailândia – Capitão Poço – Santa Luzia do Pará – Moju – São Miguel do Guamá – Capanema – Bragança – Santa Maria do Pará – São Francisco do Pará – Peixe Boi – Tracuateua – Concórdia do Pará	335.647	591.693	493.646	548.622
		Áreas de crescimento: Viseu – Irituia – Garrafão do Norte – Cachoeira do Piriá – São Domingos do Capim – Nova Esperança do Piriá – Igarapé-Açu – Nova Timboteua	161.644	240.186	327.819	371.764
		Áreas de declínio recente: Tomé-Açu – Aurora do Pará – Baião – Mãe do Rio – Ourém – Acará – Bonito – Mocajuba – Abaetetuba – Igarapé-Miri – São João da Ponta – Oeiras do Pará – Cametá	346.647	442.763	392.968	346.088
Sudeste	Áreas de crescimento acelerado: São Félix	1.203.	3.342.345	3.892.853	4.815.540	

Paraense	do Xingu – Novo Repartimento – Marabá – Cumaru do Norte	057			
	Áreas de crescimento irregular: Santana do Araguaia – Água Azul do Norte – Santa Maria das Barreiras – São Geraldo do Araguaia – Rondon do Pará – Paragominas – Conceição do Araguaia – Tucumã – Redenção – Goianésia do Pará – Bannach – Canaã dos Carajás	3.076.684	4.735.287	3.817.577	4.431.152
	Áreas de declínio: Itupiranga – Curionópolis – Breu Branco – Pau D’Arco – Parauapebas – Ulianópolis – Tucuruí – São João do Araguaia	552.386	1.404.118	1.345.200	1.229.113

FONTE: PAM IBGE, 2014.

ORG. SILVA, M. A. P; MIRANDA, R. R.

De acordo com os dados da Tabela 4, percebe-se que a mesorregião do Sudoeste Paraense apresentou em 2014 o segundo maior rebanho em termos numéricos no estado do Pará, com 3.651.367 cabeças de gado. Após 2010, algumas realidades geográficas registraram um crescimento considerável quanto ao número do rebanho, tais como: Altamira-PA (687.535), Novo Progresso-PA (590.273), Pacajá-PA (536.460), Anapu-PA (262.642), Itaituba-PA (344.197), Uruará-PA (313.523) e Rurópolis (142.087). Nestes casos, os municípios possuem as maiores quantidades de rebanho para a mesorregião em questão: de um lado, é possível observar o crescimento nos rebanhos dos chamados “municípios da Transamazônica” e, de outro, em municípios com extensões de terras e fazendas próximas à área da BR-163 e a mesorregião do Sudeste Paraense, onde a pecuária se encontra bastante consolidada. Entretanto, é possível identificar também uma tendência declinante quanto à taxa de crescimento em alguns municípios, o que em muito pode estar associado ao crescimento do cultivo da soja no oeste do Pará, como parece ser o caso de Novo Progresso-PA que, embora tenha registrado número de rebanho considerável em 2014 (590.273 cabeças), apresenta uma taxa de crescimento declinante.

Na mesorregião do Baixo Amazonas, o maior rebanho no ano de 2014 foi o de Monte Alegre-PA (219.112), seguido de Alenquer-PA (191.140), Oriximiná-PA (140.549) e Santarém-PA (132.300). Entretanto, embora Santarém-PA possua um número elevado de cabeças de gado para o contexto da mesorregião em 2014, apresentou reduzida taxa de crescimento de seu rebanho (0,2%) nesse mesmo ano.⁴ Outra questão que importa destacar aqui é que, considerando o intervalo entre os anos de 2010 e 2014, é possível observar municípios que apresentaram taxas elevadas de crescimento quanto ao número de cabeças de gado em pequenos rebanhos, tais como Placas-PA (47,7%) e Faro-PA (47,1%).

O Marajó, por sua vez, apresentou o segundo menor número de cabeças de gado entre os demais municípios do estado do Pará (265.188), perdendo apenas para a mesorregião Metropolitana de Belém (72.223) – a última do *ranking*. Trata-se de um rebanho de pequenas dimensões se comparado aos demais do estado. Para esse contexto sub-regional, apresenta-se

⁴ Se considerarmos que em 2013 o antigo distrito de Mojuí dos Campos foi desmembrado de Santarém-PA e elevado à categoria de município, e que Mojuí dos Campos-PA aparece apenas na contagem de 2014; temos que o rebanho pertencente à Santarém até então era ainda maior do que o apresentado em 2014.

uma tendência geral de declínio quanto ao efetivo de bovinos, como nos casos de Chaves-PA (77.567), de Ponta de Pedras-PA (46.370), de Cachoeira do Arari-PA (41.295) e de Soure-PA (6.890).⁵ É possível conjecturar que esta tendência se articule à introdução da rizicultura no arquipélago marajoara, como ilustram os casos de Cachoeira do Arari-PA e de Salvaterra-PA, onde a plantação de arroz já se faz presente desde 2010 e vem ganhando estímulo por parte de entidades representantes da sociedade civil,⁶ pois, além dos conflitos já estabelecidos entre os empreendedores do arroz e comunidades tradicionais no Marajó, teríamos também a compra de fazendas associadas à expansão do seu cultivo. Vale lembrar que, dos seus 16 (dezesesseis) municípios, apenas o de Ponta de Pedras-PA (2000: 42.950; 2005: 39.250; 2010: 41.022; 2014: 46.370) apresentou um crescimento relativamente estável para os padrões do contexto marajoara.

Na Metropolitana de Belém temos, igualmente, uma tendência à taxa declinante de crescimento colocada para a maioria dos municípios dessa mesorregião, sobretudo aqueles mais próximos à Região Metropolitana de Belém (RMB). Entretanto, cabe destacar o caso do município de Castanhal-PA (27.346) que registrou o maior rebanho – ainda que seu ritmo de crescimento seja irregular; seguido de municípios como o de Santo Antônio do Tauá-PA (6.579) e o de Santa Bárbara do Pará-PA (805) – embora com pequenos rebanhos, também retomaram o crescimento de seus efetivos em 2014. É possível considerar que este padrão seja explicado pela presença do frigorífico Mercúrio S/A em Castanhal, voltado à exportação de gado e que possui um poderoso mercado externo – países como Arábia Saudita, Argélia, Cuba, Egito, Emirados Árabes, Geral, Hong Kong, Venezuela (MAPA, 2015). Nesse contexto, a compra do gado para a exportação estimula crescimento do rebanho, tanto em alguns municípios na mesorregião Metropolitana de Belém (Santo Antônio do Tauá-PA e Santa Bárbara-PA); como em municípios do Nordeste Paraense, como veremos adiante.

A mesorregião do Nordeste Paraense, por sua vez, apresentou em 2014 um número elevado referente aos rebanhos de Ipixuna do Pará-PA (106.639), Tomé-Açu-PA (99.782), Viseu-PA (88.074), Aurora do Pará (81.231), Tailândia-PA (80.804), Capitão Poço-PA (79.697), Irituia-PA (78.185), Santa Luzia do Pará (74.668). Destes, Tomé-Açu-PA e Aurora do Pará-PA, apesar de figurarem entre os grandes rebanhos, registraram uma queda nos últimos anos. Em seguida, pode-se identificar municípios que apresentaram uma elevada e contínua taxa de crescimento, a exemplo de Viseu-PA (88.074), Irituia-PA (78.185), Garrafão do Norte-PA (55.324), Cachoeira do Piriá-PA (46.341), São Domingos do Capim-PA (38.636), Nova Esperança do Piriá-PA (27.323) e Nova Timboteua-PA (15.982). Há, por fim, os municípios que a partir de 2005 passaram a apresentar um movimento de redução nos seus efetivos, tais como: Tomé-Açu-PA, Aurora do Pará-PA, Baião-PA, Mãe do Rio-PA, Acará-PA, Bonito-PA, Mocajuba-PA, Abaetetuba-PA, Igarapé-Miri-PA, São João da Ponta-PA, Oeiras do Pará-PA e Cametá-PA. Desses, o município de

⁵ O município de Portel é o mais ilustrativo dessa tendência, dado a seguinte distribuição de suas taxas negativas de crescimento: 2000-2005: -43,1%; 2005-2010: -12,5%; 2010-2014: -2,2% (IBGE, 2014).

⁶ Na defesa do plantio de arroz no Marajó, destacaram-se no ano de 2013 a Federação de Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA), o Conselho do Agronegócio do Pará (Consagro) e a Secretaria de Estado da Agricultura (SEDAP) (INSTITUTO PEABIRU, 2013).

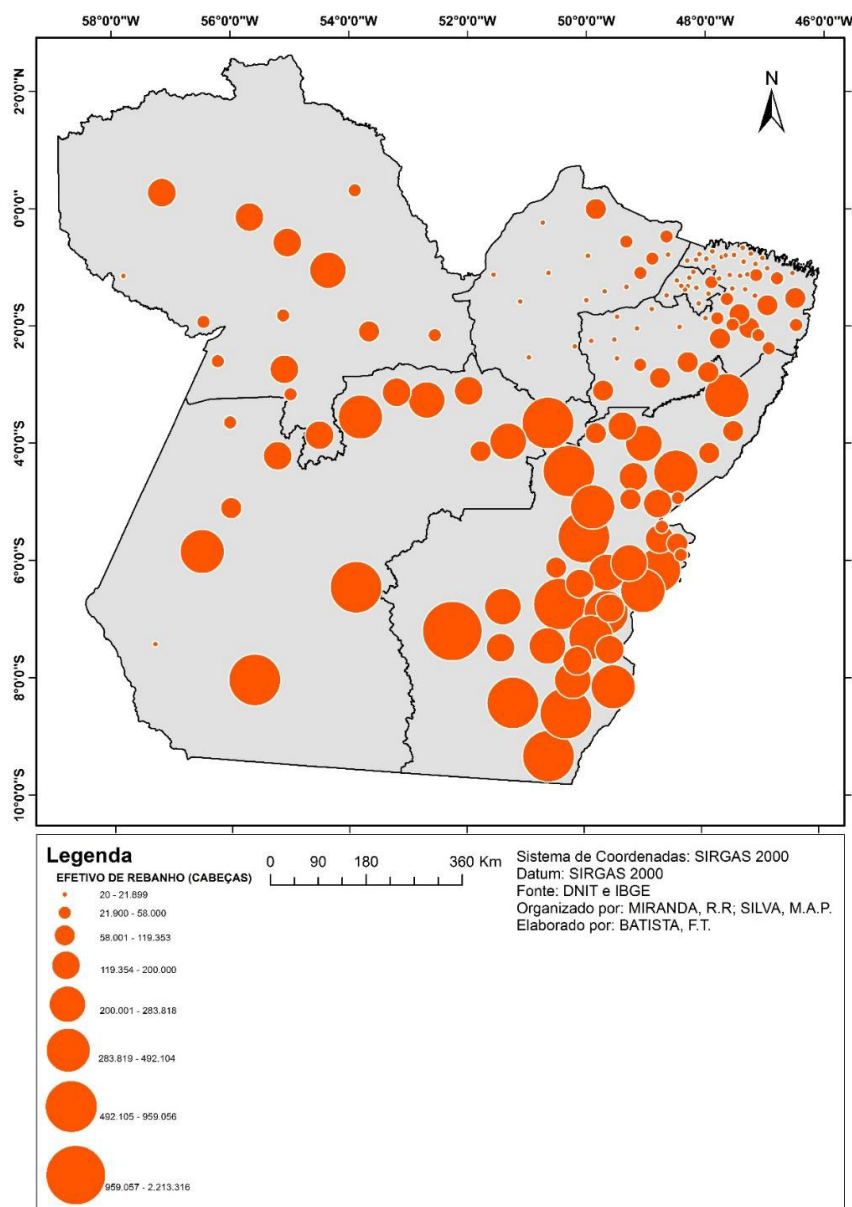
Abaetetuba-PA é o mais emblemático, pois há 14 anos o declínio do seu rebanho é contínuo: 2000: 4000; 2005: 3791; 2010: 2263; 2014: 1700. Em trabalho recente, Oliveira (2016) identificou que nas comunidades rurais do município de Santa Luzia-PA, a pecuária vem crescendo e tomando grande parte de suas propriedades historicamente destinadas ao agroextrativismo, processo esse estimulado, de um lado, pelo acesso às políticas públicas e, de outro, pelo mercado representado por Castanhal-PA, o que reforça a tese de que se trata do crescimento do efetivo de gado em pequenas propriedades no Nordeste Paraense, dado pela demanda de abastecimento do frigorífico Mercúrio S/A, em Castanhal-PA, para exportação de carne bovina *in natura* aos mercados internacionais.

O Sudeste Paraense, por fim, despontou como a mesorregião onde se localizam os maiores rebanhos do estado do Pará em 2014, tais como: São Félix do Xingu-PA (2.213.310), Novo Repartimento-PA (959.056), Marabá-PA (900.000) e Cumaru do Norte-PA (743.174). Esses quatro municípios registraram taxas de crescimento contínuas e foram os rebanhos que mais cresceram no estado do Pará. Além disso, há um número extremamente elevado de municípios que apresentam um grande rebanho em 2014, porém sob um ritmo de crescimento instável, oscilando entre declínio e aumento a cada cinco anos, como: Santana do Araguaia-PA (613.911), Água Azul do Norte-PA (585.400), Santa Maria das Barreiras-PA (544.541), São Geraldo do Araguaia-PA (395.000), Rondon do Pará-PA (365.086), Paragominas-PA (348.652), Conceição do Araguaia-PA (313.561), Tucumã-PA (283.818), Redenção-PA (279.554), Goianésia do Pará-PA (260.724), Bannach-PA (240.905) e Canaã dos Carajás-PA (200.000). Por fim, ainda que se possa registrar um declínio em 2014 para municípios como Itupiranga-PA, Curionópolis-PA, Breu Branco-PA, Pau D'Arco-PA, Parauapebas-PA, Ulianópolis-PA, Tucuruí-PA, São João do Araguaia-PA, o efetivo desses municípios não perde importância quando consideramos o contexto mais geral da mesorregião do Sudeste Paraense. Nessa mesorregião, podemos dizer que o crescimento do efetivo bovino está relacionado à formação e consolidação de frigoríficos como grandes empresas multinacionais brasileiras, a exemplo do frigorífico JBS S/A e da MARFRIG Frigoríficos Brasil S/A que contam com financiamentos do BNDES.⁷

O Mapa 3 apresenta a distribuição espacial da pecuária no estado do Pará, a fim de representar as formas de como essa atividade se espacializa, especialmente com a territorialização de grandes fazendas e empresas agropecuárias que se instalam na realidade sublinhada acima.

MAPA 3 – EFETIVO DE REBANHO BOVINO NO ESTADO DO PARÁ EM 2014.

⁷ “A estratégia oficial de turbinar frigoríficos para transformá-los em gigantes mundiais está prestes a bater a marca de R\$ 18,5 bilhões recebidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A maior parte desse dinheiro vem sendo aplicado no JBS e na Marfrig para financiar uma campanha agressiva de aquisições de concorrentes no Brasil e no Exterior” (ESTADÃO, 2010, p.1).



FONTE: PAM IBGE, 2014.

A espacialização da dinâmica territorial da pecuária aponta para uma presença marcante dessa atividade nos municípios da mesorregião do Sudeste Paraense, fato esse que se relaciona às áreas de atuação das principais empresas agropecuárias e frigoríficos de grande porte que atuam na região e no Brasil, conforme se pode visualizar no Quadro 2.

QUADRO 2 – ÁREA DE ATUAÇÃO DAS EMPRESAS AGROPECUÁRIAS DE GRANDE PORTE NO ESTADO DO PARÁ, 2015.

Produção	Empresa	Origem	Municípios com investimentos/propriedades
Pecuária	JBS S.A. (frigorífico)	Nacional	Marabá, Tucumã, Redenção e Santana do Araguaia Conceição do Araguaia, Altamira, Eldorado dos Carajás
	Marfrig (frigorífico)	Nacional	Tucumã

	Grupo Opportunity - Agropecuária Santa Barbara Xinguara S.A.	Nacional	Santana do Araguaia / Xinguara / São Félix do Xingu/ Cumaru do Norte / Marabá/ Santa Maria das Barreiras
	Irmãos Quagliato	Nacional	Xinguara, Água Azul do Norte, Sapucaia
	Floresteca	Estrangeira (EUA)	Redenção, Santa Maria das Barreiras
	Grupo Revemar	Nacional	Marabá
	Grupo Líder	Nacional	Castanhal, São Francisco do Pará

FONTE: SEMA-PA, 2016.

ORG. SILVA, M. A. P; MIRANDA, R. R.

Das empresas agropecuárias e frigoríficos que atuam no estado do Pará, destacamos aqui a JBS S/A (frigorífico) e a MARFRIG S/A, pois, segundo os dados do Ministério Pecuária e Abastecimento (MAPA), são as duas empresas que hoje internacionalizam a pecuária do Sudeste Paraense para mercados como: Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Egito, Emirados Árabes, Hong Kong, Israel, República Islâmica do Irã, Malásia, Paraguai, Perú, Rússia, Uruguai, Venezuela, Vietnã (MAPA, 2016). Por outro lado, destacam-se ainda o Grupo Opportunity – Agropecuária Santa Barbara, Xinguara S/A. e a Floresteca (empresa estadunidense) são empresas que possuem seus investimentos ligados à pecuária, e que vêm consorciando essa atividade com o plantio de grãos, mormente a soja, como no caso da Agropecuária Santa Bárbara, Xinguara S.A.

Com efeito, no que refere aos dados acerca da dinâmica territorial do efetivo de rebanho paraense, a forma de sua distribuição espacial e a localização das principais empresas agropecuárias e frigoríficos na mesorregião; é possível considerar o seguinte:

1 – A atividade pecuária, assim como a produção da soja e do dendê, define possivelmente o terceiro eixo territorial do agronegócio que aqui estamos tratando, pois, estes eixos, suas formas e dinâmicas guardam profunda relação com as especificidades de cada atividade. Neste caso, para pensar a especificidades do eixo territorial da pecuária destaca-se a possibilidade do processo de formação de um efetivo bovino regional direcionado a um mercado internacional de carnes – sobretudo o mercado árabe; por meio de financiamentos públicos à criação de frigoríficos multinacionais brasileiros.

2 – Coloca-se a possibilidade de pensar em um grande eixo territorial da pecuária, difundindo-se sobretudo a partir do Sudeste Paraense, do município de São Félix do Xingu e de seu entorno imediato formado pelos municípios de Marabá, Novo Repartimento, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Cumaru do Norte, Redenção, Conceição do Araguaia e Água Azul do Norte, estendendo-se em direção à Altamira e Novo Progresso (mais a oeste da mesorregião do Sudeste Paraense), chegando ainda ao município de Pacajá (mais ao norte).

3 – É possível identificar ainda o crescimento de pequenos rebanhos em municípios fora da região de influência do grande eixo territorial da pecuária, como no Nordeste Paraense – mais especificamente a região do “Salgado”; estendendo-se até as bordas de Metropolitana de Belém; presente possivelmente no Marajó e em alguns municípios na mesorregião do Baixo Amazonas. Processo reforçado a partir de 2010, com acesso a linhas de financiamento que estimularam a prá

tica da pecuária em pequenos estabelecimentos e por meio da presença de um frigorífico multinacional brasileiro em Castanhal-PA.

4 – Finalmente, pelo item 3, não se trata de uma área exclusiva ao grande eixo territorial da pecuária no Sudeste Paraense, pois existem sobreposições entre pecuária e soja, e entre pecuária e dendê, que precisam ser melhor estudadas, tais como: (a) no extremo sul da mesorregião do Sudeste Paraense, onde a pecuária encontra a produção de soja nos municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Cumaru do Norte e Redenção; (b) ao longo da rodovia BR-222 e BR-010, em direção aos municípios onde a soja tende a se expandir, como Rondon do Pará, Dom Elizeu, Ulianópolis e Paragominas; (c) em direção ao oeste do Pará, nos municípios de Belterra e Santarém; e (d) na mesorregião do Nordeste Paraense, considerando os municípios onde o plantio do dendê tende a se estabelecer, a exemplo de Acará, Bonito, Concordia do Pará, Igarapé-Açu, Maracanã, Moju, Nova Timboteua, Santa Maria do Pará, São Francisco do Pará, Tailândia, Tomé-Açu e Vigia.

A LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DOS EIXOS TERRITORIAIS DO AGRONEGÓCIO

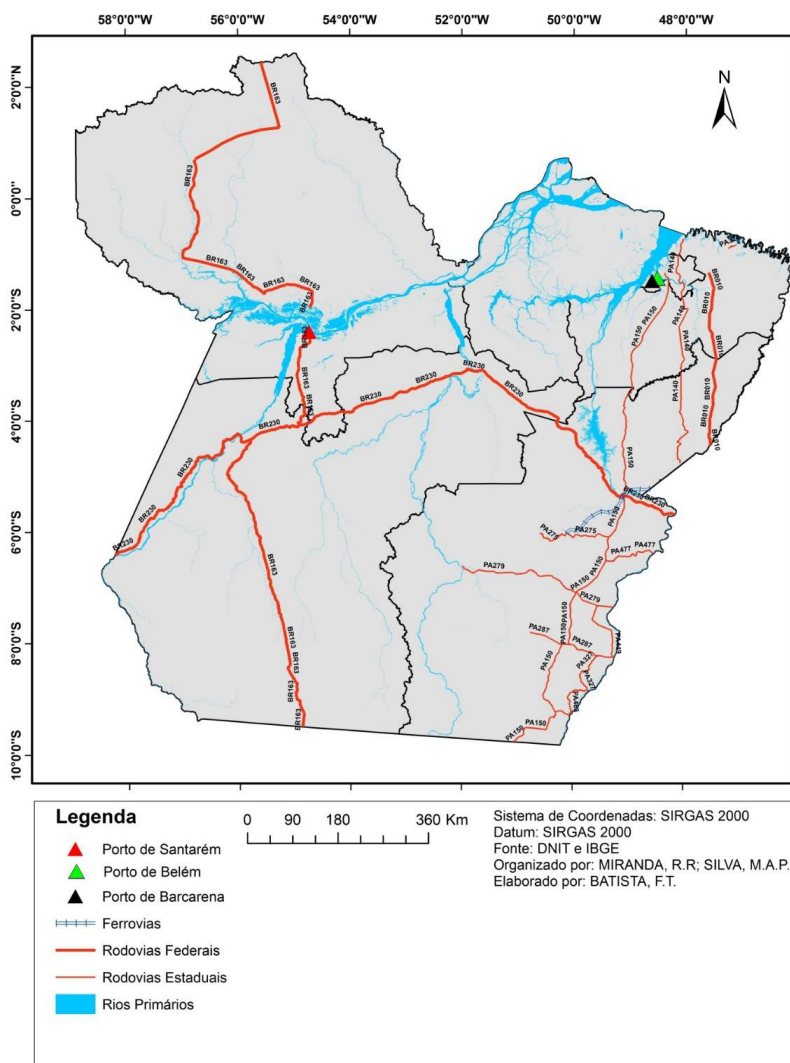
Das *commodities* discutidas são compostos três eixos territoriais apropriados pelo agronegócio no estado do Pará, quais sejam: (a) o eixo territorial do dendê: mais presente no Nordeste Paraense e porção Metropolitana de Belém; (b) o eixo territorial da soja: distribuído em três mesorregiões: o Sudeste Paraense; o Baixo Amazonas e Sudoeste Paraense – destaque ao Nordeste Paraense, mais precisamente no município de Tailândia; e (c) o eixo territorial da pecuária: cuja principal mesorregião de onde se difunde é o Sudeste Paraense. Todavia, esses eixos são beneficiados pela estruturação de uma logística de circulação, de transporte e de escoamento ainda em desenvolvimento e em parte herdada do período de ocupação regional após 1960.

O dendê, particularmente, é transportado pelas rodovias PA-475 e PA-151 – sentido Moju/Barcarena ou PA-140/BR-010; pela Belém-Brasília/PA-481 – de sentido Santo Antônio do Tauá até Barcarena. Destaca-se ainda o uso de outras PAs que articulam os demais municípios produtores de dendê a essas rodovias principais.

A soja, proveniente da mesorregião do Sudeste Paraense, circula pela rodovia PA-158 /TO-335 – no sentido Santana do Araguaia-PA até Colinas do Tocantins -TO, para ser transportado pela Ferrovia Norte Sul até o porto de Itaqui no Maranhão (além desse sentido, é possível transportar a soja também pela Estrada de Ferro Carajás até o mesmo destino). Utiliza-se também a PA-158/PA-481 – saindo de Santana do Araguaia até Barcarena; ou a BR-222 e BR-010 – de Rondon do Pará até o Porto de Barcarena. Por fim, nas regiões do Baixo Amazonas e Sudoeste Paraense, a soja segue pela BR-230 (Transamazônica) e/ou BR-163 (Belém-Cuiabá) até o Porto da Cargill em Santarém, trecho este que é também utilizado para o transporte da soja que vem do Mato Grosso.

Por fim, a pecuária se utiliza igualmente PA-158/PA-481, saindo de Santana do Araguaia até Barcarena, dentre outras rodovias que integram as demais áreas produtoras de gado (ver Mapa 4).

MAPA 4 – LOGÍSTICA DE TRANSPORTES NO ESTADO DO PARÁ EM 2016.



FONTE: IBGE, 2016.

Muitas destas rodovias convergem para os portos, principais pontos logísticos de escoamento da produção. O dendê, por exemplo, era exportado entre 1998 e 2003 por Belém-PA e Santos-SP, a partir de 2004 é canalizado para Belém e, principalmente, Barcarena, tal qual ocorre com a pecuária.

A soja é exportada desde o início da década de 2000 pelos portos de Santo-SP, Paranagua-PR, Rio Grande-RS, Manaus-AM, São Luiz-MA e, atualmente, cada vez mais por Santarém e Barcarena, ambos no Pará. No caso de Santarém existe o porto da empresa Cargill, inaugurada em 2003, em área arrendada da CDP (Companhia Docas do Pará), servindo como ponto de escoamento da produção de grãos que circulam pela BR-163, a qual interliga áreas produtoras importantes desde o norte do Mato Grosso (COSTA, 2012).

Em Barcarena existe o Terminal Portuário Graneleiro, que integra o projeto TERFRON (Terminais Portuários Fronteira Norte), localizado no Complexo Portuário de Vila do Conde, que visa exportar grãos, especialmente a soja.

Atualmente há em tramitação o projeto complexo portuário Miritituba -Barcarena, possuindo como principal investidor a Bunge, com capacidade de 2,5 milhões de toneladas de grãos. Nesta rota os caminhões seguirão pela BR-163 até a Estação de Transbordo de Miritituba (localizado no município de Itaituba-PA), aonde a carga seguirá em barcaças, pelo rio Tapajós e o estreito de Breves, até o Terminal graneleiro de Barcarena, aonde será armazenado para embarque posterior em navios com destino ao exterior, com destaque a Ásia e a Europa (PORTOS DO BRASIL, 2014).

Com o intuito de ampliar essas condições competitivas ao transporte de graneis sólidos, os governos federais e estaduais realizaram também concessões ferroviárias: para o primeiro trimestre de 2016 o governo do Pará anunciou a licitação de concessão da Ferrovia Paraense S.A. (FEPASA) que tem uma projeção de 1.500 quilômetros de extensão com todos os ramais, interligando o leste paraense, atravessando os principais municípios mineradores e produtores de grãos. A ferrovia iniciará na fronteira com o Mato Grosso, em Santana do Araguaia e finalizará em Barcarena, com ramais de interligação entre esta área e Paragominas e Tomé-Açu, além de um arco ferroviário que pretende articular Barcarena e Colares, onde se tem a intenção de construir um porto. Esta ferrovia se comunicará com a Estrada de Ferro Norte Sul (BITAR, 2016).

Por outro lado, o governo federal almeja promover leilão para concessão de mais duas vias férreas: a primeira, integrando Pequiá – localizado em Açailândia, no Maranhão; a Barcarena, com aproximadamente 500 quilômetros, perpassando por Rondon do Pará, Dom Eliseu, Paragominas, Ipixuna, Tomé-Açu, Acará, Moju, Abaetetuba até Barcarena. A segunda ferrovia, popularmente conhecida como Ferrogrão, ligará Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, a Miritituba, com cerca de 1.100 quilômetros (BITAR, 2016).

Desta feita, as infraestruturas de transporte existentes e disponíveis no estado do Pará integram o que estamos propondo denominar aqui de eixos territoriais do agronegócio, pois constitui o sistema de objetos voltados à circulação e ao escoamento das *commodities* que aqui elegemos. Assim, esse sistema de objetos é apropriado no sentido articular, otimizar e potencializar todos estes eixos de forma intermodal, visto que articula rodovias, ferrovias e portos.

OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E A TERRITORIALIZAÇÃO DOS EIXOS DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO PARÁ

Os eixos apropriados pelo agronegócio no Pará são igualmente locais de grandes conflitos envolvendo movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária. Esses movimentos também produzem espaços a partir da ação política, espaços políticos, onde as ocupações aparecem como a expressão mais visível.

QUADRO 3 – NÚMERO DE FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES DE TERRA NO ESTADO DO PARÁ - 1999/2014.

Forma da ocupação	Movimentos/ Organizações	N.º de famílias	Nº rel. (%)	N.º de ocupações	N.º rel. (%)	Locais das ocupações de terra – Mesorregiões do estado
Movimentos/organizações socioterritoriais considerando suas ações de ocupação de terra	ASPARMAB	40	0,08	2	0,56	Sudeste Paraense
	AST	144	0,29	2	0,56	Sudeste Paraense
	ATR	286	0,57	7	1,96	Sudeste Paraense, Sudoeste Paraense
	ATUVA	105	0,21	1	0,28	Sudeste Paraense
	CPT	64	0,13	1	0,28	Sudeste Paraense
	FETAGRI	8257	16,43	66	18,44	Sudeste Paraense, Nordeste Paraense, Sudoeste Paraense, Baixo Amazonas, Metropolitana de Belém
	FETRAF	2550	5,07	20	5,59	Sudeste Paraense, Nordeste Paraense, Metropolitana de Belém
	LCP	420	0,84	6	1,68	Sudeste Paraense, Marajó
	MCNT	1000	1,99	1	0,28	Marajó
	MPA	300	0,60	1	0,28	Sudeste Paraense, Marajó
	MSN	196	0,39	3	0,84	Sudeste Paraense, Nordeste Paraense
	MST	11153	22,19	44	12,29	Sudeste Paraense, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense,
	OI	138	0,27	2	0,56	Sudeste Paraense
	OTC	28	0,06	2	0,56	Sudeste Paraense, Sudoeste Paraense
	Quilombolas	650	1,29	1	0,28	Nordeste Paraense
	SS	102	0,20	3	0,84	Nordeste Paraense, Sudeste Paraense
	STRs	6483	12,90	58	16,20	Sudeste Paraense, Nordeste Paraense, Sudoeste Paraense
SI	15173	30,19	126	35,20	Sudeste Paraense, Nordeste Paraense, Metropolitana de Belém, Baixo Amazonas, Sudoeste Paraense,	
Movimentos/organizações socioterritoriais considerando articulação de ações de ocupação de terra	FETAGRI/STRs	642	1,28	4	1,12	Sudeste Paraense, Metropolitana de Belém
	FETAGRI/STRs/CPT	350	0,70	1	0,28	Sudeste Paraense
	MST/FETAGRI	1800	3,58	3	0,84	Sudeste Paraense
	FETAGRI/FETRAF	280	0,56	2	0,56	Sudeste Paraense, Metropolitana de Belém
	CPT/STR/Diocese	32	0,06	1	0,28	Baixo Amazonas
	ATR/FETAGRI/FETRAF	60	0,12	1	0,28	Sudeste Paraense
TOTAL		50253	100,00	358	100,00	

FONTE: CPT, 2014.

ORG. SILVA, M. A. P; MIRANDA, R. R.

Conforme os dados do Quadro 3, organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) para o período de 1999-2014, é possível observar a presença de diferentes movimentos e organizações sociais que estão envolvidas nas ocupações recentes no estado do Pará.

Historicamente, a luta pela terra se traduziu no principal objeto que definiu o *continuum* território-desterritorialização-reterritorialização no espaço agrário e em muitas cidades, devido aos vários processos de expropriação que geraram uma massa de sem terra, que organizados em movimentos ou não reivindicam o direito ao território. Essa dinâmica envolveu movimentos e sujeitos políticos diversos.

Por isso mesmo, podemos dizer também que os movimentos se territorializam quando a questão é o controle, a posse, o domínio do espaço socialmente produzido. Eles se territorializam, desterritorializam-se (ou são desterritorializados) e/ou se reterritorializam, à maneira como propõe Haesbaert (2004). Nesse processo, acumulam experiências e assim promovem uma pluriterritorialidade. Esse movimento de transformação do espaço em território ocorre pela conflitualidade, mediante ao enfrentamento entre as forças políticas que almejam a criação e o controle do território (FERNANDES, 2005).

No estado do Pará, de 1999 a 2014, o número total de famílias envolvidas em ocupações por parte dos movimentos e/ou organizações socioterritoriais foi de 50.253; e um total de 358 ocupações distribuídas nas 6 (seis) mesorregiões do estado paraense. Entretanto, há ainda hoje um número expressivo de ocupações de terra no Pará (32,50%), assim como de famílias (30,19%), ainda sem registro ou com dados parciais, o que se deve possivelmente à algumas mudanças na metodologia de coleta de dados da CPT.

No que se refere aos movimentos socioterritoriais envolvidos nos processos de ocupação de terra ao longo do período 1999-2014, destacam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com 22,19%, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) com 16,43% e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) com 12,90% – que estão ligados a FETAGRI ou a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF).

De acordo com a CPT, essas ocupações correspondem a “ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social” (CPT, 2009, p.11). Para além dessa característica, Fernandes (2001) observa que as ocupações de terra compreendem uma das formas dos sem-terra espacializarem a sua luta, constituindo igualmente um mecanismo de reprodução do campesinato em face ao processo desterritorizador empreendido pelo capital

Salientamos que a distinção entre movimentos socioespaciais e socioterritoriais não é rígida, pois resulta de processos de luta pela terra, logo, em determinados contextos, grupos sociais de ação coletiva podem ser considerados enquanto movimentos socioespaciais, mas em outros podem vir a se tornarem movimentos socioterritoriais.

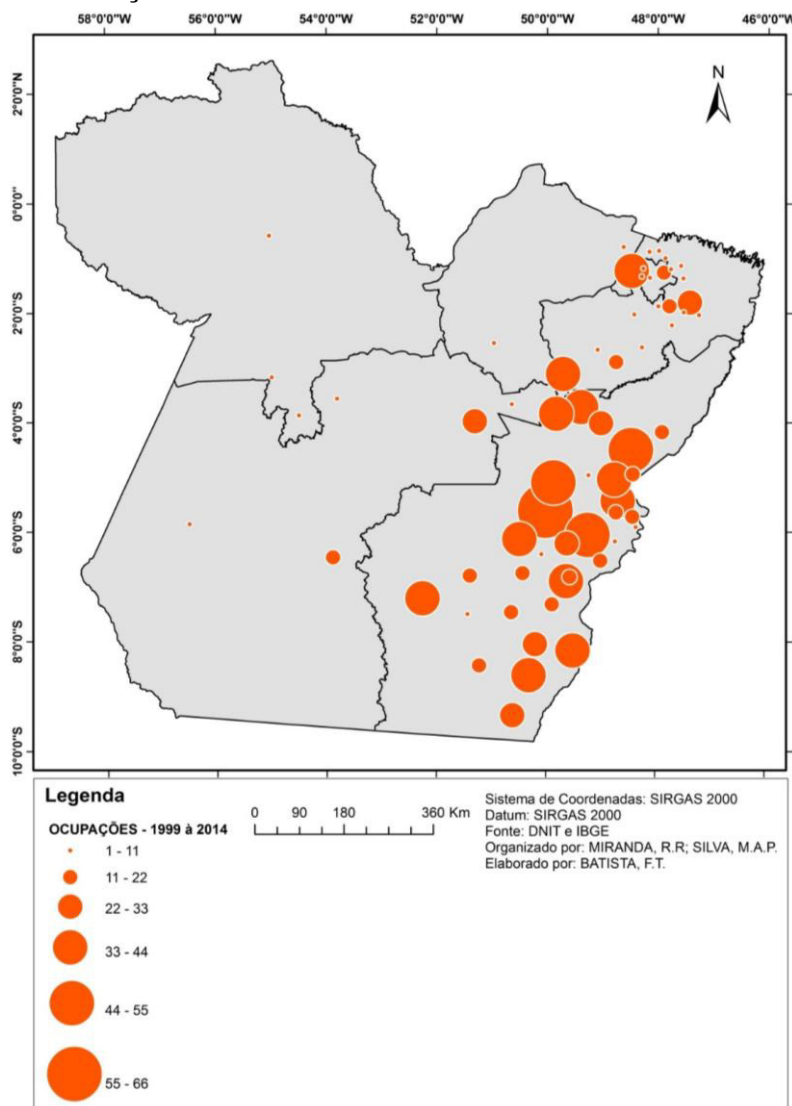
De todo modo, ao conseguirem se territorializar, mediante a construção de assentamentos, esses movimentos não se encontram isentos de mediações com o mercado,

agentes econômicos e o próprio Estado. Na maioria dos casos, isso tem levado à contradições específicas, tais como a inserção subordinada no mercado e a consequente relativização da autonomia destes sujeitos quanto a definição de sua produção e uso da terra.

Com efeito, essa contradição parece ser o principal elemento que compromete a natureza dos movimentos socioterritoriais, pois, lembremos que para Fernandes (2005), do ponto de vista da ação, os movimentos socioterritoriais têm o território não só como um trunfo para o exercício do poder, mas também este é essencial à existência do próprio movimento. Daí que a subordinação ao mercado e a perda relativa de autonomia quanto à definição da produção e do uso da terra pode levar à fragilização da dimensão territorial e a consequente perda de controle dos territórios por parte de movimentos como o camponês, o indígena, o quilombola, os sindicatos, entre outros.

Conforme o Mapa 5, percebemos que a espacialidade dos movimentos socioterritoriais nos mostra uma concentração da ação desses movimentos sobretudo na Amazônia Oriental, com destaque para as mesorregiões do Sudeste Paraense e do Nordeste Paraense.

MAPA 5 – OCUPAÇÕES DE TERRA NO ESTADO DO PARÁ ENTRE 1999 E 2014.



FONTE: CPT, 2015.

É possível dizer ainda que as ocupações de terras se concentram nos eixos territoriais da soja, do dendê e da pecuária, isto porque muitas áreas apropriadas pelos agentes econômicos atrelados a estas atividades são passíveis de questionamentos quanto a sua condição legal, visto que são do governo estadual ou federal, a exemplo dos antigos castanhais no Sudeste Paraense, que eram cedidas a exploração da castanha por um determinado período, mas que acabaram sendo incorporadas ilegalmente ao mercado de terras, por isso são disputadas pelos movimentos socioterritoriais que reivindicam-nas para fins de reforma agrária, como ocorre com as fazendas Cedro (Marabá) e Maria Bonita (Eldorado dos Carajás) da empresa Agropecuária Santa Barbara Xinguara S.A. e que são ocupadas pelo MST.

É interessante notar que o fato de haver poucas ocupações no Sudoeste e Baixo Amazonas não significa a inexistência do conflito, pelo contrário, a expansão da soja nesta porção territorial tem acarretado em diversas formas de violência contra pequenos proprietários. O Nordeste Paraense, embora ainda seja uma das áreas de menor concentração fundiária no estado do Pará, face seu processo de colonização peculiar no início do século XX, no qual se buscava o povoamento com base na agricultura familiar, especialmente na bragantina, hoje é um espaço cobiçado por diversas empresas regionais, nacionais e internacionais que disputam o território com os pequenos produtores, quilombolas e indígenas, por isso apresenta um considerável número de ocupações por parte de movimentos socioterritoriais. O Sudeste Paraense, por seu turno, é a mesorregião que apresenta uma maior quantidade de ocupações em virtude de possuir uma elevada concentração fundiária e diversos empreendimentos nacionais e internacionais articulados ao agronegócio e a mineração, que se apropriam muitas vezes de maneira ilegal e violenta das terras.

Além das ocupações como estratégia de luta no *front* que emerge nos eixos territoriais, existem as manifestações, as quais totalizam, entre os anos de 2000 e 2014, aproximadamente 724, distribuídas entre ocupações de prédios públicos, marchas pela reforma agrária. E mais especificamente o bloqueio das principais vias de circulação das *commodities*, que somaram no mesmo período, em termos aproximados, 189 manifestações, em estradas federais BR-010/ BR-222/ BR-316 e estaduais como PA-150/ PA-275/ PA-391, dentre outras, além da Estrada de Ferro Carajás da empresa Vale, por onde escoam os minérios e os grãos.

Como podemos observar, a espacialização da luta pela terra por meio das ocupações é uma das estratégias desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais que igualmente promovem como meio de mobilização as manifestações, ocupações de prédios públicos, construção de acampamentos que perduram anos até alcançar o objetivo maior que é o assentamento das famílias envolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eixos territoriais do agronegócio foram assim denominados porque a forma de como rodovias, ferrovias e portos são utilizadas recentemente revelam um processo novo: diferente da

década de 1960, em que rodovias, ferrovias e portos foram pensados para a ocupação da região e sua integração ao território nacional, hoje a apropriação desses sistemas de objetos herdados do passado recente da região revela a estruturação e o uso da logística como um elemento importante na consolidação de mercados internacionais para *commodities* produzidas por grupos econômicos cada vez mais internacionalizados. Todavia, isso não é tudo, pois existem também outras formas de territorialização ao lado logística, apontando para lógicas de apropriação do espaço regional que se contrapõe, que manifestam relações de poder bastante assimétricas e com estratégias de luta bem diferenciadas.

Os eixos territoriais definidos pelo agronegócio no Pará resultam de ações violentas por parte de empresários, de incentivos governamentais e também de *agroestratégias*, em que a territorialização do capital na atualidade se realiza a partir das ações de empresas atreladas ao setor de *commodities* de grãos, pecuária e minérios, com o objetivo de retirar obstáculos existentes na área jurídico-legislativa e representados pelos povos tradicionais (quilombolas, indígenas, fundo de pastos, camponeses etc.), para a expansão do mercado de terras, importante ativo para o capital, seja para especulação ou para ampliação das atividades agrominerais ou mesmo apropriação de recursos naturais (água, plantas, madeiras nobres etc.) (ALMEIDA, 2009).

Com efeito, há que se considerar o papel dos movimentos socioterritoriais na instauração de outra lógica de enfrentamento a este processo, capaz de deslocar a arena do conflito para uma dimensão propriamente geográfica: a do território e seus “derivativos”: (a) a territorialização dos eixos do agronegócio, como se pode perceber pela distribuição espacial das ocupações de terra dos movimentos socioterritoriais; (b) o fortalecimento de usos diversificados do território, como o estímulo ao debate agroecológico em detrimento das práticas monoculturais; e (c) a transformação da luta pela terra em luta por território.

Esquemáticamente, podemos dizer que, de um lado, as *agroestratégias* atuam em duas frentes no estado do Pará: (a) removendo os obstáculos legais à apropriação de terras indígenas, territórios quilombolas, assentamentos rurais, acampamentos, áreas de proteção ambiental, entre outros; e (b) produzindo eixos territoriais do agronegócio, o que tem levado à perda da diversidade dos territórios na Amazônia. Por outro lado, as ações dos movimentos socioterritoriais têm a terra não como propriedade, e o território não como “estoque de terras”, mas como território constitutivo de suas lutas. Por isso, estimulam diferentes usos, a exemplo do desenvolvimento de práticas agroecológicas e do fortalecimento às atividades que dependem da floresta “em pé”. É possível dizer que, ao adicionarem conteúdos diversos às suas estratégias, compõem territorialidades hifenizadas de alcance regional, daí falarmos na possibilidade de *agro-extrato-etno-eco-territorialidades* como articulação de diferentes territorialidades que definem os movimentos socioterritoriais no estado do Pará. Mas isso, é uma outra história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Agroestratégia e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (et. alii.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.101-144.

AMAZÔNIA. **Índios Tembé apreendem carros e tratores da Biopalma contra contaminação por agrotóxicos**, 2014. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/2014/10/indios-tembe-apreendem-carros-e-tratores-da-biopalma-contra-contaminacao-por-agrotoxicos/>> Acesso em: 10 jan. 2016.

ANP. **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**. 2016. Disponível em <www.anp.gov.br> Acesso em: 3 fev. 2016.

BERNARDES, Júlia Adão. Políticas públicas, Selo Combustível Social e território usado. In: BERNARDES, Júlia Adão (Org.). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011, p.64-76.

BITAR, Lutfala. Ferrovias no Pará. 2016. **Jornal O Liberal**. Belém, p. 2, 31 de jan. 2016.

CARVALHO, Vânia; TURA, Leticia. **A expansão do monocultivo de soja em Santarém e Belterra: injustiça ambiental e ameaça à segurança alimentar**. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Belém. mimeo, 2006.

COELHO, Maria Célia Nunes. Grandes mineradoras e processos de territorialização na Amazônia Brasileira. In: BICALHO, Ana Maria S. M.; GOMES, Paulo Cesar da Costa (orgs.) **Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica**. Rio de Janeiro: Publit, 2009, p.71-92.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Grãos na Floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. 2012. 322 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

CPT. **Santarém apresenta dossiê contra Cargill em audiência pública na região**. 2010. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitosnocampo/321cptsantarema-presentadossiecontracargillemaudienciapublica>> Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Conflitos no campo do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ESTADÃO. **BNDES se compromete a investir mais R\$ 2,5 bilhões no Marfrig**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-se-compromete-a-investir-mais-r-2-5-bilhoes-no-marfrig-imp-,583932>> Acessado em: 10 fev. 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** (Presidente Prudente) Ano 8 N. 6 Janeiro/Junho de 2005 em <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq_6/Textos%20PDF/Fernandes.pdf> Acesso em : 10 jan. 2016.

_____. A ocupação como forma de acesso à terra. In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago de Chile. **Anais ...** Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=29&i=P>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

INPE. **Moratória da soja**: 7º ano do mapeamento e monitoramento do plantio de soja no bioma Amazônia, 2014. <<http://www.inpe.br>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

INSTITUTO PEABIRU. **Produção de arroz no Marajó ignora problemas fundiários e ambientais**. Disponível em <<http://peabiru.org.br/2013/01/30/producao-de-arroz-no-marajo-ignora-problemas-fundiarios-e-ambientais/>> Acessado em: 10 fev. 2016.

KEISER, E.; PINHEIRO, R.; CARVALHO, R. **Avaliação do Estudo de Impacto Ambiental do Terminal Graneleiro da Cargill em Santarém**. Julho de 2010. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2010/8/Analise_EIA_RIMA_Cargill_24_julho_2010.pdf> Acesso em: 10 Ago. 2015.

MAPA. **Projeções do Agronegócio**: Brasil 2014/15 a 2024/25 – Projeções de longo prazo. DF: Brasília, 2015.

MDA. **Plano Safra**. 2015/2016. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/plano%20safra%20cartilha.pdf> Acesso em: 18 fev. 2016.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de Comércio Exterior**. 2015. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>> Acesso em: 10 jan. 2016.

MME. Ministério das Minas e Energia. **Biodiesel**. 2011. Disponível em <<http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/biodiesel/perguntas.html>> Acesso em: 10 jan. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Dayana Portela de Assis. **A dinâmica territorial do abastecimento de alimentos em Santa Luzia do Pará-PA e as redes de produção agroextrativistas no Nordeste Paraense**. Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2016 (monografia de conclusão de curso).

PAS. **Plano Amazônia Sustentável**. 2008. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-amaz%C3%B4nia-sustent%C3%A1vel-pas>> Acesso em: 18 fev. 2016.

PAP. **Plano Agrícola e Pecuário**. 2014/2015. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PAP%202014-2015.pdf> Acesso em: 18 fev. de 2016.

_____. 2015/2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/noticias/2015/06/governo-lanca-plano-agricola-e-pecuario-20152016>> Acesso em: 18 fev. 2016.

PIRES DO RIO, Gisela Aquino. Escalas de política energética: o programa nacional do biodiesel. In: BERNARDES, Júlia Adão (Org.). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia**: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011, p.27-46.

Portos do Brasil. **Inaugurado novo complexo portuário no Pará.** 2014. Disponível em <<http://www.portosdobrasil.gov.br/home-1/noticias/inaugurado-novo-complexo-portuario-no-para>> Acesso em: 2 fev. 2016.

RAMALHO FILHO et al. **Zoneamento Agroecológico do Dendzeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal.** Embrapa Solos, Rio de Janeiro, RJ, 2010

REPÓRTER BRASIL. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis,** 2013. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/AgriculturaFamiliar_Biodiesel2010.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SAGRI-PA. Secretaria de Agricultura do Estado do Pará. “Programa de Dendê: Estado do Pará”. In: **1º Workshop do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil.** Belém, PA, Março de 2013.

SEMMA. **Cadastro rural.** Disponível em: <<http://monitoramento.sema.pa.gov.br/simlam/index.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

TERRA DE DIREITOS. **Boletim empresas e violações de direitos humanos: esse lucro não é direito,** 2015. Disponível em: <<http://www.terradedireitos.org.br/2015/10/empresas-e-violacoes-de-direitos-humanos-esse-lucro-nao-e-direito/>> Acesso em: 11 jan. 2016.

VENTURIERI, Adriano. Programa de Mapeamento e Monitoramento da Expansão do Plantio de Palma de Óleo no Brasil. **Apresentação na 8ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo.** Brasília, DF, 8 de agosto de 2012.